

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	XI
Lista de Figuras	XIII
Lista de Quadros	XV
Prefácio	XVII
Apresentação	XXI
Introdução	1
1 Cidades Inteligentes: Origem e Concepções	7
1.1 Revolução tecnológica: novos modos de se fazer as coisas e origem das cidades inteligentes	7
1.2 Concepções das principais organizações internacionais com relação ao tema <i>smart cities</i>	16
1.2.1 Organização das Nações Unidas (ONU)	17
1.2.2 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	22
1.2.3 União Europeia (UE).....	28
1.2.4 Banco Mundial.....	30
1.2.5 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).....	34
1.3 Concepção nacional com relação ao tema <i>smart cities</i> : Carta Brasileira para Cidades Inteligentes	41
1.4 Concepção de <i>smart city</i> adotada na presente obra	48

2 Fomento Público à Inovação Tecnológica:	
Previsões Constitucionais	57
2.1 Considerações acerca do fomento público	59
2.2 Disposições constitucionais acerca do fomento público à inovação tecnológica: o Estado fomentador	70
2.3 Competências constitucionais para o fomento público à inovação tecnológica: o Município fomentador	81
3 Lei da Inovação: Possibilidades de Fomento Público na Estruturação de Cidades Inteligentes.....	91
3.1 Considerações preliminares acerca da Lei da Inovação ...	91
3.2 Mecanismos institucionais e regulatórios da Lei da Inovação	97
3.3 Cidades inteligentes: fazendo uso dos mecanismos de fomento público previstos na Lei da Inovação	108
3.3.1 Criação de parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas.....	110
3.3.2 Cessão de uso de imóveis para instalação de ambientes promotores da inovação	117
3.3.3 Compartilhamento de infraestrutura, equipamentos, recursos e capital intelectual	121
3.3.4 Celebração de contrato de transferência de tecnologia e licenciamento para outorga de uso ou de exploração de criação desenvolvida por ICT pública	123
3.3.5 Cessão de direitos sobre a criação ao criador.....	126
3.3.6 Subvenção econômica.....	127
3.3.7 Bônus tecnológico	131
3.3.8 Encomenda tecnológica	134
3.3.9 Apoio ao inventor independente.....	141

3.3.10 Uso do poder de compra estatal e cláusulas de P&D em contratos de concessão	142
Considerações Finais	147
Referências	151